

RESOLUÇÃO

AUMENTAR OS SALÁRIOS! DESENVOLVER O PAÍS.

A CGTP-IN saúda e valoriza as centenas de lutas que os trabalhadores têm desenvolvido, nos sectores público e privado, num momento cujas dificuldades particulares que atravessamos evidenciam a necessidade de dar respostas urgentes aos problemas dos trabalhadores e do povo, respostas que se articulem com políticas que visem a construção de um novo rumo para o país.

O país, com uma estrutura produtiva debilitada, sofre de forma acrescida os efeitos da pandemia. O surto epidémico revelou fragilidades provocadas e agravadas por décadas de política de direita, de submissão às imposições da União Europeia, de serviço ao grande capital. A precariedade – instrumento usado pelo capital para aumentar a exploração de todos os trabalhadores, que sucessivas alterações à legislação laboral promovidas pelo PS, PSD e CDS agravaram – atira para o desemprego um número crescente de trabalhadores. O grande patronato, procura instrumentalizar a situação que o país atravessa para intensificar a exploração: ataca salários, acelera ritmos de trabalho e procura substituir trabalhadores com vínculos permanentes por outros com vínculos precários, fazendo uso dos mecanismos que o Governo lhe coloca à disposição.

Hoje, nos distritos de norte a sul do país e nas regiões autónomas, estamos na rua, dando voz aos trabalhadores, tanto do sector público como do sector privado, afirmando que é urgente aumentar os salários e as pensões, aumentar significativamente o Salário Mínimo Nacional, valorizar carreiras e profissões, garantir a segurança no emprego e dinamizar a contratação colectiva. Estas, entre outras, são reivindicações justas que ganham no actual momento mais actualidade e premência.

Não estamos condenados a perder direitos, emprego e remunerações. Não estamos condenados a alienar mais instrumentos políticos e económicos para a esfera supranacional e a ficar reféns do que o capital e as estruturas ao seu serviço determinem. A resposta aos problemas dos trabalhadores e do povo não pode ter associada qualquer condicionalismo que promova o regresso às políticas de corte nos salários, pensões e direitos!

É uma emergência nacional garantir o aumento geral dos salários e do Salário Mínimo Nacional, não só para dar melhores condições de vida e de trabalho aos trabalhadores e suas famílias, mas também para garantir um futuro para o país!

Precisamos de uma estratégia de desenvolvimento impulsionada pelo Estado, assente na valorização do trabalho e dos trabalhadores; no investimento e dinamização da actividade produtiva; no aproveitamento dos recursos endógenos; na eliminação ou redução de dependências face ao exterior; na resposta aos problemas ambientais e à mudança climática, em particular; no reforço dos serviços públicos e das funções sociais do Estado - áreas determinantes para um Portugal desenvolvido e soberano. A CGTP-IN defende, no contexto desta estratégia, um plano nacional de reindustrialização que acomode as fileiras existentes e, em simultâneo, abra as portas a novas áreas mais desenvolvidas tecnologicamente, geradoras de maior riqueza.

É neste quadro que os trabalhadores têm lutado e vão continuar a lutar, como hoje se demonstra pela enorme participação nas diversas acções descentralizadas por todo o país.

Vamos continuar a luta, dando particular atenção ao esclarecimento, mobilização e intervenção junto dos trabalhadores, elementos fundamentais para o reforço da sindicalização, da organização sindical de base e eleição de mais delegados sindicais e representantes para a segurança e saúde no trabalho.

Vamos intensificar a acção e a luta reivindicativa nos locais de trabalho, empresas e serviços, tendo como objectivo a satisfação das reivindicações dos trabalhadores, designadamente:

- aumento geral dos salários em 90€ para todos os trabalhadores;
- aumento do salário mínimo nacional para 850€ a curto prazo;
- pagamento da totalidade da retribuição a todos os trabalhadores com cortes salariais;
- proibição dos despedimentos;
- garantia do emprego e do combate à precariedade;
- garantia de protecção a todos os desempregados;
- reposição imediata dos direitos dos trabalhadores que no presente quadro foram desrespeitados;
- garantia das condições de saúde, segurança e higiene nos locais de trabalho;
- promoção da contratação colectiva;
- revogação das normas gravosas da legislação laboral;
- redução gradual do horário de trabalho para as 35 horas sem redução de salário e rejeição de todos os mecanismos de desregulação dos horários de trabalho;
- O aumento das pensões de reforma e a alteração das regras de acesso revogando o factor de sustentabilidade e fixando o acesso à pensão de velhice, sem penalização, a todos os trabalhadores com, pelo menos, 40 anos de descontos;
- investimento nos serviços públicos e resposta aos problemas imediatos que se colocam:
  - na área da saúde – dando resposta às necessidades criadas pelo surto epidémico, mas também à prevenção e tratamento de problemas "não-COVID", assegurando um efectivo reforço dos recursos humanos e materiais no SNS;
  - na educação - garantia de condições de segurança sanitária, reforço de recursos humanos e apoios pedagógicos numa escola pública e de qualidade
  - nos transportes - reposição dos serviços nos termos das obrigações de serviço público a que as empresas estão obrigadas, aumento da oferta e garantia de protecção da sáude dos trabalhadores e utentes.

Assumimos de forma determinada o compromisso de continuar a luta, reforçando a organização e a unidade entre todos os trabalhadores, de tomar nas nossas mãos a defesa e valorização do trabalho e dos trabalhadores, a conquista de um País desenvolvido e soberano, com os valores de Abril no futuro de Portugal.

Lisboa, 26 Setembro 2020

Rua Vítor Cordon, 1-2.º - 1249-102 Lisboa – Portugal – Tel.:+351 21 3236500 – Fax: +351 21 3236695 – email: cgtp@cgtp.pt